

Marginalidade e exclusão social no capitalismo contemporâneo: uma crítica analítica em Possas e em Alves e Escorel sobre a pobreza

Marginality and social exclusion in contemporary capitalism: an critical analysis of Possas and of Alves and Escorel on poverty.

Marginalidad y exclusión social en el capitalismo contemporáneo: crítica analítica en Possas y en Alves y Escorel sobre la pobreza.

Resumo

As questões sociais vislumbradas em conjunturas do modo de produção capitalista seguem sendo tema de forte relevância. No Brasil, a pobreza alcançou novo recorde em 2021, demandando maiores esforços em seu enfrentamento. As abordagens ao tema são diversas e os conceitos diferem a depender das teorias elencadas nos estudos. Assim, este trabalho objetivou articular duas abordagens ao tema que se distanciam em 20 anos. Aqui, usamos o método do Ensaio Crítico, expondo, inicialmente, as ideias principais de dois trabalhos, o primeiro de Possas, e o segundo de Alves e Escorel, articulando os pensamentos trazidos pelas autoras. Desta maneira, concluímos que as autoras trazem elementos comuns da análise da exclusão social. No entanto, Alves e Escorel suscitam a reflexão de que o capitalismo se vale da exclusão social para alavancar o lucro. Ainda inferimos a latência no surgimento do conceito pleno de "exclusão social" na América Latina, considerando o desenvolvimento tardio do capitalismo em seus países.

Palavras-chave: Marginalização Social, Pobreza, Capitalismo

Código JEL: I32, I38

Abstract

The social issues envisioned in conjunctures of the capitalist mode of production continue to be a topic of great relevance. In Brazil, poverty reached a new record in 2021, demanding greater efforts to face it. The approaches to the theme are diverse and the concepts differ depending on the theories listed in the studies. Thus, this work aimed to articulate two approaches to the subject that are distant in 20 years. Here, we use the Critical Essay method, initially exposing the main ideas of two works, the first by Possas, and the second by Alves and Escorel, articulating the thoughts brought by the authors. In this way, we conclude that the authors bring common elements of the analysis of social exclusion. However, Alves and Escorel raise the reflection that capitalism makes use of social exclusion to leverage profit. We also infer the latency in the emergence of the full concept of "social exclusion" in Latin America, considering the late development of capitalism in their countries.

Keywords: Social Marginalization, Poverty, Capitalism

JEL Code: I32, I38

Resumen

Las cuestiones sociales vislumbradas en coyunturas del modo de producción capitalista continúan siendo un tema de gran relevancia. En Brasil, la pobreza alcanzó un nuevo

récord en 2021, exigiendo mayores esfuerzos para enfrentarla. Los abordajes del tema son diversos y los conceptos difieren según las teorías enumeradas en los estudios. Así, este trabajo tuvo como objetivo articular dos abordajes del tema que se encuentran distantes en 20 años. Aquí, utilizamos el método del Ensayo Crítico, exponiendo inicialmente las ideas principales de dos obras, la primera de Possas, y la segunda de Alves y Escorel, articulando los pensamientos traídos por los autores. De esta manera, concluimos que los autores aportan elementos comunes del análisis de la exclusión social. Sin embargo, Alves y Escorel plantean la reflexión de que el capitalismo se sirve de la exclusión social para apalancar el lucro. Inferimos también la latencia en el surgimiento del concepto pleno de “exclusión social” en América Latina, considerando el tardío desarrollo del capitalismo en sus países.

Palabras clave: Marginación social, pobreza, capitalismo

Código JEL: I32, I38

Introdução

Em 2022, o estudo “Mapa da Nova Pobreza”, desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas Social (FGV Social), a partir de dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que a pobreza aumentou durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. De acordo com esse estudo, o número de brasileiros com renda domiciliar per capita de até R\$ 497 mensais atingiu 62,9 milhões em 2021, o que representa 29,6% da população total do país. Em dois anos (2019 a 2021), 9,6 milhões de pessoas ingressaram no grupo de brasileiros que vivem em situação de pobreza.¹

Nas últimas décadas, diversos estudiosos, principalmente aqueles que recepcionam o pensamento econômico marxista, têm refletido e teorizado acerca da questão social da pobreza dentro do modo de produção capitalista. Buscando profundidade no debate, esses pesquisadores argumentam que a análise da questão social é indissociável do processo de acumulação intrínseco do capitalismo e dos efeitos sobre as classes trabalhadoras, derivados de sua exploração pelas classes dominantes. Muitos desses autores concluem que a repercussão social do capitalismo é o aumento da pobreza generalizada, principalmente na classe trabalhadora.^{2,3}

A questão social encontra no sistema capitalista um campo de crescimento das desigualdades sociais, considerando que o próprio contexto do capitalismo necessita da exclusão de muitos para incluir alguns e, desta forma, amplia-se as carências e necessidades que segregam cada vez mais a população em uma ordem de classes.⁴

Neste panorama, o objetivo deste trabalho é realizar uma articulação das obras de Possas e de Alves e Escorel e suas análises frente à questão social da pobreza. Para isso, este artigo é composto por uma introdução; um contexto biográfico das três autoras, a fim de situá-las historicamente, além de entender suas linhas de pesquisa; uma passagem pelas principais análises das duas obras; uma análise crítica sobre a articulação entre os pensamentos econômicos das obras apresentadas; e uma conclusão dos autores.

Uma breve biografia teórica e institucional de Possas *versus* Alves e Escorel.

Cristina de Albuquerque Possas é brasileira, pesquisadora, psicóloga de formação, mestre em ciências sociais, e doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), onde se mantém vinculada desde 1976 com vasta trajetória institucional atuando em ensino, pesquisa e funções administrativas. Nos últimos vinte anos, a produção de pesquisa de Possas concentrou-se em temas relacionados às Doenças Infecciosas. Neste segmento, nos últimos cinco anos, suas pesquisas permeiam nuances estratégicas nas áreas de Vacinas e Biossegurança.⁵

Entretanto, foi no começo da década de 1980, que Cristina Possas despontou em relevância teórica com sua obra “Saúde e Trabalho: a Crise da Previdência Social”, e um de seus capítulos “Saúde e População Excedente” será abordado aqui neste ensaio. Foi nesta época que ela concluiu seu mestrado (1980) em Ciências Sociais, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com título de tese 'Saúde, Medicina e Trabalho no Brasil' e trabalhou como Assessora da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura do município de Campinas - SP.⁵

Em 1984, Cristina realizou pós-graduação em *Epidemiologia del Lavoro e Clinica del Lavoro*, em Milão na Itália, a convite de Giovani Berlinguer, médico que liderou a Reforma Sanitária Italiana. No ano seguinte, 1985, durante um seminário realizado na Escola Nacional de Saúde Pública (ESPN/ FIOCRUZ), ela defendeu a necessidade de uma reforma sanitária no Brasil. Assim, podemos dizer que Cristina Possas está entre os principais nomes de entusiastas da Reforma Sanitária Brasileira. Nesta importante conjuntura política do país, Possas foi participante ativa do processo das bases que resultaram na criação e implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), destacando-se seu papel como coordenadora dos oito Grupos Técnicos da Comissão Nacional de Reforma Sanitária (CNRS) a convite de Sérgio Arouca, em 1986.⁶

Sarah Maria Escorel de Moraes é brasileira, médica sanitária graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1977, especialista em Doenças

Infecciosas e Parasitárias (UFRJ, 1978), especialista em Planejamento de Sistema de Saúde e mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1979-1980) e doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) com título de tese 'Vidas ao Léu: uma etnografia da exclusão social' finalizada em 1998.⁷

Atualmente, Escorel é pesquisadora pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), onde atua desde 1985 em projetos na temática de Exclusão Social, Pobreza e Participação Social em Saúde. Também atua como pesquisadora colaboradora na Lancaster University na Inglaterra desde 2011, já tendo sido presidente do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES) nos anos de 2005 e 2006. Em seu currículo, já atuou como assessora científica na Universidade Estadual de Londrina e como colaboradora para o Ministério da Saúde da Nicarágua; e no campo da pesquisa, estão em andamento projetos sobre suas temáticas de estudo vinculados a outras nações, assim ampliando sua análise a cenários além da América Latina.⁷

Hayda Josiane Alves é brasileira, graduada em enfermagem pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2004, mestre em enfermagem (UNICAMP, 2007) e doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), orientada pela professora Sarah Escorel, tendo sua tese concluída em 2013 com o título “Programa Bolsa Família, Saúde da Família e processos de exclusão e inclusão social: um estudo de caso no município de Silva Jardim (RJ)”. Também é pós-doutora pelo Departamento de Antropologia/IFCH/UNICAMP e Prevention Sciences Research Center/Morgan State University/Estados Unidos.

Hayda atuou como enfermeira assistencial e como coordenadora de Imunizações na Prefeitura Municipal de Quissamã (RJ), tendo sido professora em algumas instituições de ensino. Atualmente, é docente da Universidade Federal Fluminense (UFF) e, em seu currículo, destaca-se sua atuação em pesquisas em gravidez na adolescência, coesão social e equidade, educação popular e abordagens participativas na área de saúde.⁸

A obra conjunta de Alves e Escorel, “Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria” foi escrita em 2011 e objetivou rever a teoria da marginalidade latino-americana a partir da tese de massa marginal estabelecida sob a análise do escritor José Nun, em 1969. Além

disso, as autoras estabelecem diversas análises paralelas de outros escritores, realizadas nos anos seguintes após a publicação de Nun.^{3,9}

Conceito de Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal, presentes em “Saúde e Trabalho: A Crise do Previdência Social” por Cristina Possas

A existência de grandes contingentes populacionais não absorvidos pelo sistema produtivo resulta em desemprego estrutural crônico e é uma questão relevante nas discussões em relação ao desenvolvimento capitalista. Neste sentido, Possas em seu livro “Saúde e Trabalho: A crise da Previdência Social” aborda a relação entre saúde, população excedente e a organização social da saúde com a estrutura produtiva capitalista no Brasil.¹⁰

Ao analisar os padrões de morbidade e mortalidade, associados aos diferentes padrões de organização social da Medicina, levantaram-se questões relevantes sobre as relações entre os diversos setores da população e a estrutura produtiva capitalista. Assim, Possas ressaltou a importância de destacar a noção implícita nestes debates de que o Brasil possui "um vasto exército industrial de reserva", como definiria Marx:¹⁰

*“Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional”.*¹¹⁽⁷⁰⁷⁾

Possas, apresenta dados estatísticos do Instituto Nacional de Previdência Social, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e dados levantados por atores e pesquisadores do período pré-reforma sanitária, e traz para o debate conceitos de grande relevância para a sociedade brasileira da época: a alta rotatividade na indústria (*turnover*) associada ao baixo nível de qualificação da mão de obra e o grande contingente populacional.¹⁰

A teoria marxista de “Exército Industrial de Reserva” aponta a existência de uma população excedente disponível para o mercado de trabalho que, em um determinado momento, pode ser mobilizada quando necessária para atender às flutuações da demanda de trabalho causadas pelas mudanças no ciclo capitalista. Nesta teoria, os salários são regulados principalmente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, e não pelo número absoluto da população trabalhadora. A oferta e a demanda de trabalho são, portanto, influenciadas pelo tamanho e composição desse

exército de reserva, que varia conforme a necessidade de mão de obra do capital em diferentes períodos.¹⁰

Possas menciona a importância do conceito de "marginalidade" que surgiu na sociologia latino-americana no final dos anos 60. Embora o texto reconheça que esse conceito é controverso e possa haver discordância em relação às suas proposições, destaca que o debate sobre a marginalidade é importante para conferir um maior rigor teórico à análise das condições em que a acumulação capitalista gera uma população excedente ao sistema produtivo, especialmente nos países de desenvolvimento tardio do capitalismo.¹⁰

Ao retomar o conceito marxista de superpopulação relativa, Possas argumenta que há uma incorreta identificação entre essa categoria e o exército industrial de reserva. A autora procura mostrar que a sobreposição dessas categorias tem levado a confusões nos estudos do capitalismo, misturando os processos específicos que geram uma população excedente com os efeitos que essa população causa no sistema.¹⁰

Desta forma, Possas incorpora em sua análise o conceito de massa marginal, inicialmente trazido por José Nun, e também envolvido nos debates da atualidade por Souza, visto que o conceito de exército industrial de reserva abrange apenas a parcela da força de trabalho disponível, sem explicar a totalidade da população em termos de suas características sociais, demográficas ou condições de existência.^{9,10,12} A autora destaca, assim, que parte do chamado exército industrial de reserva é formado por uma parte afuncional ou disfuncional à margem do sistema produtivo.¹⁰

Portanto, ao trazer o referencial teórico de Nun, Possas reconhece que o conceito de exército industrial de reserva, tal como foi desenvolvido por Marx, não é suficiente para explicar a complexidade da superpopulação relativa, mas não anula sua importância.^{10,11} Em um cenário mais atual, dando validade a Possas, percebemos no texto de Souza um destaque a importância do exército industrial de reserva na análise do desemprego contemporâneo, mas que também aponta a necessidade de considerar a complexidade da superpopulação relativa atual e a emergência da massa marginal como um grupo de trabalhadores excluídos do sistema de forma permanente.^{10,12}

A diferenciação entre essas camadas está relacionada à sua capacidade de pressionar os salários. O exército de reserva em sentido estrito, por estar disponível para o mercado, exerce pressão para influenciar os salários. No entanto, as outras camadas da superpopulação relativa, que estão cronicamente afastadas do mercado de trabalho,

só são mobilizadas em momentos extremos de rápida expansão da acumulação de capital.¹⁰

A autora traz este conceito em um período histórico onde incidiam as elevadas taxas de natalidade, mortalidade e emigração, destacando que a ideia de uma população excedente à produção capitalista, com diferenciações internas, já estava presente. Ou seja, para Possas, Marx se referia a um período histórico específico do capitalismo em que a superpopulação relativa e o exército industrial de reserva tendiam a se sobrepor, mas também estabelecia uma diferenciação interna dentro da superpopulação relativa.¹⁰

O texto de Possas traz a discussão dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal para introduzir a discussão dos programas de planejamento familiar no Brasil, como uma política social de governo. Por meio da apresentação de dados de estudos, com destaque para Kowarick, a autora relaciona a superpopulação excedente como um peso morto e desnecessário para a acumulação capitalista.^{10,13} Afirma que programas de planejamento familiar são direcionados para essa população e as altas taxas de morbimortalidade já são consideradas um fator econômico em si, juntamente com o controle da natalidade, como uma política social governamental.¹⁰

Nessa perspectiva sugere que a população excedente é vista como uma carga econômica e social indesejada, sendo alvo de programas e políticas voltadas para o controle demográfico. Acredita que a redução da morbidade e mortalidade, juntamente com o controle da natalidade, contribuirá para diminuir o "peso" dessa população no processo de acumulação capitalista.¹⁰

O conceito de exclusão social como explicativo para o fenômeno da “questão social”, apresentado por Alves, Escorel: Novas perspectivas sobre a teoria de marginalidade latino-americana a partir das teorizações ante o conceito de pobreza.

A produção de Alves e Escorel teve como enfoque principal a conceituação da pobreza urbana a partir da reavaliação do conceito de massa marginal, formulado por Nun, e da análise da configuração de fraturas sociais e da expressão de questões sociais

indissociáveis do processo de acumulação capitalista e de exploração da força de trabalho.³ No contexto da América Latina, relaciona o crescimento da pobreza às repercussões da crise do modelo desenvolvimentista e ao colapso do “estado de bem-estar social” nos países desenvolvidos.³

As autoras analisam a questão da pobreza a partir de 3 visões distintas: os estudos de marginalidade na América Latina; o pensamento condenatório e de responsabilização individual da pobreza e dos pobres nos EUA; e a “nova pobreza” decorrente da crise da sociedade salarial, da implosão do pleno emprego e do “estado de bem-estar social” na França. Por conseguinte, a partir da década de 1990, o combate à pobreza passa a ser tratado com mais seriedade em escala mundial, não sendo mais admitida como condição para propagação do capitalismo no final desse século.³

Alves e Escorel apontam que o conceito de “marginalidade”, relacionado à precarização do trabalho e à população excedente e excluída do processo produtivo, caiu em desuso enquanto teoria interpretativa da pobreza. Isso ocorreu por conter uma dualidade centro-periferia e se distanciar de um enfoque socioantropológico que considera a configuração socioespacial e étnico-racial e a segregação ligada a violência urbana.³

As autoras retomam a análise realizada por Kowarick em que, em um primeiro momento, a marginalidade urbana estava relacionada à precariedade habitacional. Porém, em uma segunda abordagem, predominante na América Latina, convergia para duas correntes de pensamento: na visão sociocultural-funcionalista havia uma dualidade da estrutura social (integrado/marginal) no contexto da integração social; e na visão histórico-estrutural as relações sociais da produção partiam da ótica de inserção marginal do trabalhador no processo produtivo, associada ao desemprego e à subocupação.^{3,13}

As autoras analisaram os estudos de Nun como pioneiro da perspectiva histórico-estrutural do conceito de marginalidade, pois este denunciava a existência de uma “subclasse” integrante do proletariado latino-americano, no qual haviam dois segmentos: o exército industrial da reserva (à disposição do sistema produtivo) e a superpopulação relativa (não incorporada pelo sistema produtivo). O texto relaciona ainda a parte

afuncional do exército industrial de reserva aos estudos de Aníbal Quijano, em que se incluía no pólo marginal um conjunto de ocupações ou atividades informais desligadas da produção ou ligada a recursos residuais.^{3,9,14}

Elas apontam a inserção de Kowarick nessa perspectiva histórico-estrutural, pois, este autor, ampliou o conceito de marginalidade, acolhendo uma variedade de problemáticas vivenciadas pela população pobre à margem da sociedade urbano-industrial. Pontuam ainda que, para Kowarick, a precariedade do vínculo à essa sociedade – delineada pelo pauperismo, pelo cenário de favelização, pelas dificuldades enfrentadas pelas minorias étnico-raciais e pela marginalidade cultural associada ao êxodo rural – definia seu nível de marginalidade.^{3,15}

Denunciam em seu texto o caráter ideológico nos EUA da categoria *urban underclass*, que relacionava a segregação racial e socioespacial ao pauperismo (falta de habilidade, formação e experiência profissional; gravidez e adolescência; mau estado de saúde; e dependência do Estado). Retomaram novamente a análise efetuada por Kowarick de que parte de um segmento populacional criticava as políticas de benefícios estatais de enfrentamento da pobreza, pois acreditava no fomento da desobrigação com o desenvolvimento econômico e na incitação de comportamentos ilegais. Essa crença baseava-se na ideologia que relacionava os afro-americanos a uma subclasse inferior vítima de suas atitudes, uma vez que seriam responsáveis pela sua própria pobreza.^{3,15}

“O debate incluía os que defendiam a responsabilização individual pela situação da pobreza, os que acreditavam que a categoria era formada por vítimas de suas próprias atitudes, e os que consideravam os pobres como vítimas de uma irresponsabilidade do Estado”.³⁽¹⁰⁴⁾

Alves e Escorel retomam a revisão de conceitos efetuada por Nun ao enfatizar que seus estudos sobre a relação estrutural do processo de acumulação do capital se contrapunham às posições conservadoras de responsabilização individual dos pobres pela sua pobreza (*underclass*), mas não se restringiam aos “trabalhadores sem trabalho”. Nessa revisão, Nun também avaliou o fenômeno da pobreza e da desigualdade social e destacou a fragmentação ocupacional na América Latina e os mecanismos de dualização e segregação remanescentes de uma conjuntura histórica passada.^{3,17}

O texto traz à tona o conceito de exclusão social, expresso na contemporaneidade, para avaliação da questão social em uma escala global, relacionada a mudanças vinculadas ao processo de globalização, à reestruturação produtiva decorrente da queda da taxa de lucros e de investimentos, ao aumento do capitalismo financeiro e à aceleração dos preços com endividamento dos governos. No entanto, em concordância com Kay, reconhecem que o debate sobre a marginalidade na América Latina prenunciava a discussão sobre a exclusão social.^{3,18}

Ao retomar a matriz teórica formulada por Castel, baseada em dois eixos analíticos (mundo do trabalho e das relações familiares), Alves e Escorel apontam que a “nova pobreza transforma em excluídos pessoas de baixa qualificação em virtude da precarização econômica e social”, relacionadas a um contexto de metamorfose da questão social decorrentes de uma crise da sociedade salarial, da instabilidade e expulsão em massa dos empregos.^{3,19}

Diante da ampliação do conceito de exclusão social e da complexidade do tema, apontam como muito relevante a colocação de Xiberras:²⁰

“Os excluídos não são rejeitados apenas fisicamente (racismo), geograficamente (gueto) ou materialmente (pobreza). Eles não são simplesmente excluídos das riquezas materiais, isto é, do mercado e da sua troca [...] são excluídos também das riquezas espirituais: seus valores não são reconhecidos e são ausentes ou banidos do universo simbólico [...]. A exclusão pode ser visível e materializada através de comportamentos e atitudes de evitação, desconfiança, rejeição, ódio, como também pode assumir formas dissimuladas de ruptura de vínculo social”.²⁰⁽¹⁰⁷⁾

Ao analisar as formulações de expoentes franceses, da Escola de Chicago e de Xiberras, e outros autores, Alves e Escorel reassumem uma perspectiva em que a “desqualificação social” das identidades individuais e dos vínculos familiares, associada a ruptura de vínculos simbólicos (ausência de reconhecimento de valores) e quebra de laços sociais, resulta em atributos negativos estigmatizados nas representações coletivas que levam à percepção de ausência de utilidade e de sentido à própria vida.^{3,20} Nesse contexto, os indivíduos são privados do mercado e de suas trocas materiais, e essa privação lhes retira a qualidade de sujeito portador de desejos, vontades e interesses legítimos que constroem sua identidade como ser humano.³

Salienta-se que os estudos produzidos pelas autoras influenciaram outras produções teóricas sobre a exclusão social em várias partes do mundo. Para muitos autores no Brasil, após os anos 1990, o processo de exclusão social passou a envolver novos aspectos que incluíam a deterioração em diversas ordens da existência humana: econômico-ocupacional, sociofamiliar, política, cultural e da vida.³ Segundo Alves e Escorel³: “A exclusão social é tanto um processo quanto um estado marcado por múltiplas formas de vulnerabilidade em diferentes dimensões”.

Essas dimensões se sobrepõem e são instrumentos que facilitam a compreensão dos processos de exclusão, visando à intervenção neles. As características chave de cada dimensão são ²²:

Dimensão	Descrição
Social	Baseada em relações próximas de apoio e solidariedade, envolvendo família e comunidade.
Política	Baseada na dinâmica geradora de padrões desiguais nos direitos fundamentais e que repercute na desigualdade de oportunidades.
Cultural	Baseada em como os valores e modos de vida são aceitos e respeitados.
Econômica	Baseada no acesso e distribuição material dos recursos para sustentar a vida.

Tabela 1. Descrição das quatro dimensões principais que compreendem o processo de exclusão social.^{3,22}

Desse modo, as autoras entendem que a perda do protagonismo da tese da “massa marginal” na explicação da pobreza, deve-se, ao menos em parte, à sua restrição para compreender as questões sociais como determinantes do processo de exclusão do sistema produtivo, além das consequências perversas mais bem estabelecidas do capitalismo.³

Da responsabilização individual da pobreza ao processo de exclusão social: a produção de conceitos entre os contextos históricos da era de ouro à longa depressão capitalista.

Ao se realizar uma contextualização histórica entre as diferentes fases do capitalismo e comparar com os conceitos e análises críticas representadas na figura 1, observa-se que durante a era de ouro capitalista, especialmente após a 2ª revolução industrial, prevaleceu uma visão estadunidense sobre a pobreza em todo o mundo. Nesse contexto, a responsabilização individual pela falta de mérito e a atribuição da pobreza à natureza genética ou racial dos indivíduos foram proeminentes, contribuindo para a concepção inicial de exclusão.³

No contexto de crise do capitalismo, em que ocorreu a queda da acumulação de riqueza, conforme os conceitos trazidos por Nun e Aníbal Quijano, visualizou-se a informalidade como limitação para a expansão capitalista e a identificação da existência de uma população excludente do processo produtivo.^{9,14} Além disso, tornou-se mais evidente os processos de precarização da classe trabalhadora para manutenção das taxas de lucros, quando despontaram os conceitos de consumo “destrutivo” citado por Kowarick e de visibilidade do processo de exclusão no universo francês.¹³ Nesse período, perde força nos Estados Unidos, a ideologia de guerra contra a pobreza.

No período neoliberal, em que ocorreu uma recuperação parcial da acumulação capitalista mediante o fortalecimento do liberalismo econômico, dos ajustes fiscais e da redução de direitos trabalhistas, Kowarick já apontava, além de elementos da precarização do trabalho, outros conceitos de favelização espacial da população pobre e marginalização cultural de minorias raciais e étnicas em um contexto da “marginalidade urbana”.¹³ Greene também criticava o conceito de classe inferior a partir de uma visão socioespacial urbana e Marks também incorporava questões de raça, gênero, emprego e estrutura familiar ao revisar o conceito de classe inferior urbana.³ Na França, Robert Castel e Donzelot aprofundaram-se nas questões acerca da crise da sociedade salarial e do mundo do trabalho, além das novas relações sociofamiliares em um período de aprofundamento da pobreza e da exclusão.³ Nesse contexto, Possas produziu reflexões sobre a crise na previdência social ao defender o fortalecimento dos sistemas de seguridade social e revisitou os conceitos de massa marginal e população excedente ao sistema produtivo, baseada em uma linha de pensamento marxista.¹⁰

Na transição do período neoliberal para a longa depressão capitalista, Xiberras já apontava um conceito de exclusão social multidimensional que considera a ruptura de vínculos simbólicos e sociais.²⁰ Esse rompimento fundamenta a expropriação e exploração da força de trabalho de novas massas humanas, que ocorre em meio a sucessivas crises onde a limitação ao crescimento da acumulação leva a períodos de novos ciclos de expansão do valor e da mais-valia.²³

Posteriormente, Popay aprofunda a compreensão sobre uma rede da exclusão social ²²; e na América Latina, Nun revisita seu conceito de marginalidade incorporando uma relação estrutural existente entre os processos de acumulação do capital e os fenômenos da desigualdade social.¹⁷ Nessa última fase, Kowarick aprofunda os estudos de marginalidade urbana a partir de uma perspectiva racial.²⁴

Nesse período, Alves e Escorel sintetizam as críticas sobre a marginalidade e a fundamentação das teorias da exclusão social de modo multidimensional e incluiu aspectos simbólicos da desigualdade social no processo de marginalização, para além de uma perspectiva de exclusão restrita ao processo produtivo.³

Em contraposição, Martins aponta que a adoção do conceito de exclusão social na atualidade, pode representar uma crise da sociedade de classes, em que a classe operária não é suficiente para explicar de forma isolada os movimentos políticos e populares da contemporaneidade.²⁵

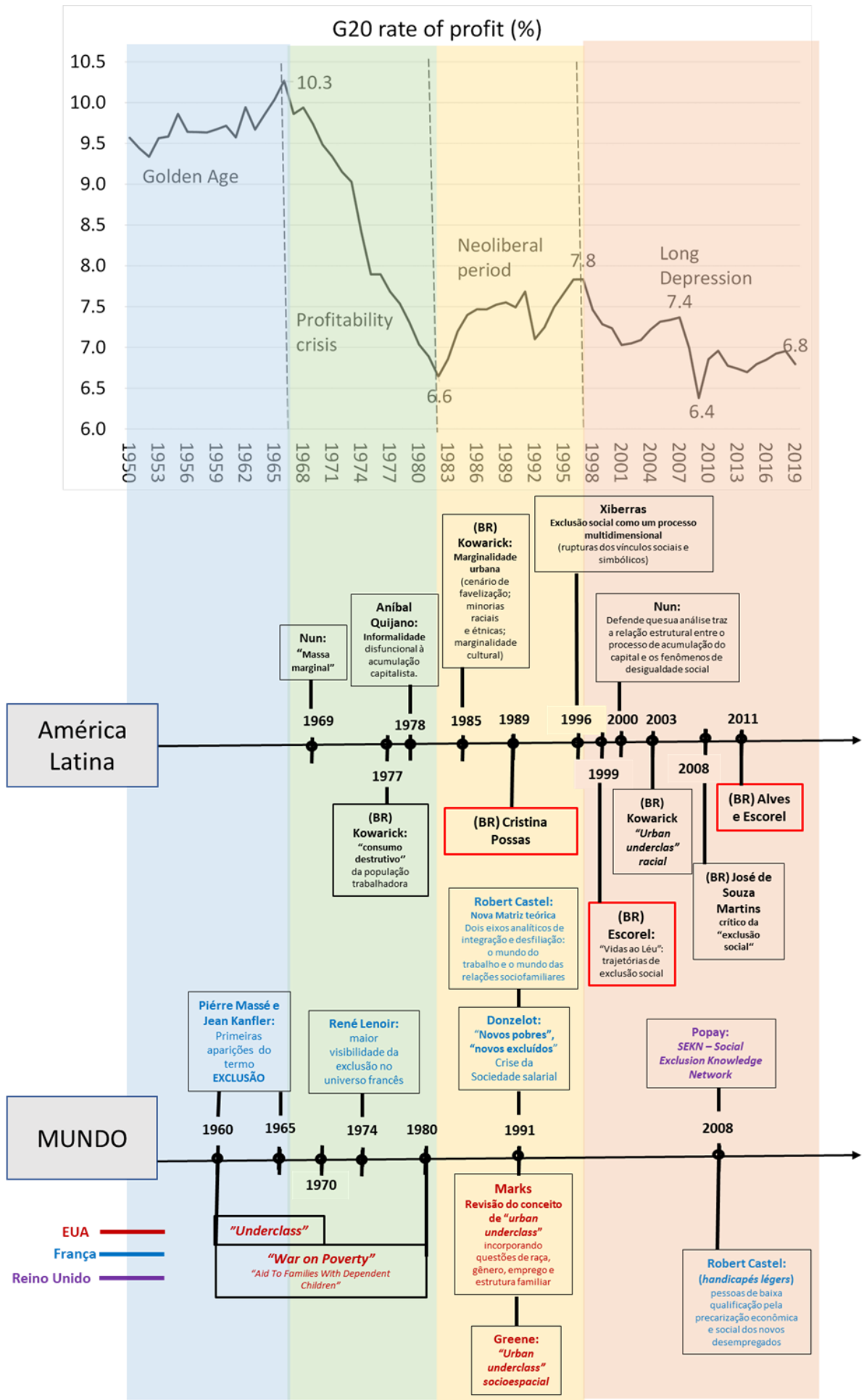


Figura 1: Linha do tempo elaborada a partir de Roberts²³, Possas¹⁰ e Alves e Escorel³.

Análise crítica de Possas, Alves e Escorel, levando em consideração o período de desenvolvimento de seus textos e o desenvolvimento do capitalismo tardio.

O desenvolvimento do capitalismo tardio na América Latina foi marcado por um processo histórico específico, que difere daquele vivenciado pelas nações centrais do capitalismo (EUA, França e Reino Unido). Na América Latina, o capitalismo se consolidou a partir do período colonial, com a exploração de recursos naturais e a formação de economias voltadas para a exportação de produtos primários, como minerais e alimentos. Esse padrão econômico gerou uma dependência das economias latino-americanas em relação aos mercados internacionais e às oscilações do comércio global.

Esse desenvolvimento peculiar do capitalismo na América Latina teve como consequência a perpetuação de estruturas socioeconômicas desiguais, com uma concentração de poder e riqueza nas mãos de uma minoria, enquanto a maioria da população ficava à margem das oportunidades econômicas e sociais. A Teoria da Dependência Marxista, desenvolvida por Ruy Mauro Marini, é uma abordagem crítica que analisa as relações de poder entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, como os da América Latina. Essa teoria busca explicar como a economia global capitalista contribui para o desenvolvimento tardio da região e como isso impacta os processos de inclusão social na América Latina.²⁶

Ao contextualizar o exposto pela Teoria da Dependência Marxista com relação aos conceitos de “*underclass*”, “marginalização” e “exclusão social”, observadas na linha do tempo na figura 1, é notório também a latência da América Latina na ressignificação da exclusão social.³

Na França, assim como em outros países ocidentais, houve mudanças nas políticas públicas e no Estado de bem-estar social na década de 1970. As reformas que reduziram o papel do Estado na proteção social e enfatizaram políticas de austeridade impactaram diretamente os grupos mais vulneráveis da sociedade, aumentando a preocupação com a exclusão social. Nesse período, surgiram movimentos sociais e intelectuais que se dedicaram a analisar e denunciar as desigualdades e injustiças sociais, como René Lenoir em 1974. Só a partir da centralidade do tema nos países desenvolvidos é que surgiu na América Latina outras dimensões e compreensões do processo de exclusão social.³

Durante a fase competitiva do Capitalismo era válido supor que a população excedente tendia a atuar como um exército industrial de reserva, enquanto na fase monopolista a própria lógica do sistema obriga a diferenciar a parte que cumpre esta função desta que não cumpre, que é a marginal e excluída. Em Nun, há a reiteração de que nem toda a superpopulação relativa exerce funções que, segundo Marx, fazem do exército industrial de reserva a alavanca da acumulação capitalista.⁹ Dessa forma, haveria interesse nessa população, já que ela não serve para o sistema? E em se tratando de uma população afuncional em uma região de dependência aos países-centrais, por que haveria interesse nas preocupações com as questões de exclusão social?

O interesse do capital é uma população que seja adequada ao processo de acumulação: seja a população economicamente ativa, trabalhadora, ou a população que faz parte do exército industrial de reserva. No entanto, na crítica de Marx é reforçado o contexto de que o processo de acumulação capitalista não pretende dar conta da população em geral, em seus determinantes sociais e demográficos.¹¹ Portanto, a teoria do exército industrial de reserva não se propõe a explicar as condições de existência do conjunto da população. Segundo Marx:

“Na realidade, todo modo histórico de produção tem suas leis próprias de população, válidas dentro de limites históricos.” Marx se referia à situação histórica de uma etapa do capitalismo inglês em que superpopulação relativa e exército industrial de reserva tendiam a se sobrepor. Tanto Marx quanto Nun estavam preocupados em explicar o papel da acumulação do capital na geração do excedente populacional.¹¹⁽¹²⁸⁾

No entanto, para uma compreensão atual do desemprego e da marginalidade é preciso se considerar não só fatores de ordem econômica, mas também de ordem política, jurídica, cultural e ideológica. Por exemplo, ao avaliar as políticas públicas do Estado, podemos perceber que, apesar do caráter burguês contido em sua estrutura, ele pode assumir formas históricas distintas. Dessa forma, dependendo da correlação de forças políticas, um governo social-democrata pode investir em políticas públicas de proteção trabalhista ou na geração de emprego em setores estratégicos da economia nacional e, com isso, garantir o acesso ao mercado de trabalho para uma camada da classe trabalhadora.³

A partir da década de 90, o enfrentamento da pobreza ganha centralidade e passa a ser percebido como necessário para o desenvolvimento capitalista, tendo as agências

internacionais orientando e promovendo ações de caráter nacional para financiamento de políticas sociais de redução da pobreza.³

Esse movimento, porém, nos faz refletir também sobre a intrínseca relação entre os conceitos da teoria de Marx e Nun com a necessidade de controle da massa marginal pelos meios de produção. Nesse sentido, Possas, ao citar estudos que mencionam a questão do acesso a métodos contraceptivos, relata a influência de instituições fortemente ligadas à produção de capital, como a Fundação Rockefeller e Ford, no financiamento de implantação de programas de planejamento familiar na América Latina.¹⁰

Relação entre as perspectivas de Possas e Alves, Escorel no contexto do capitalismo contemporâneo

Ao realizar uma comparação entre as produções teóricas das duas obras em análise, verifica-se que os conceitos reformulados por ambas refletem o contexto histórico em que estão inseridas.

Enquanto Possas analisou a massa marginal ao sistema produtivo e afuncional ao processo de acumulação capitalista no contexto de crise do processo de acumulação e de fortalecimento do neoliberalismo e dos arrochos salariais;¹⁰ Alves e Escorel aprofundaram a análise dos determinantes sociais e simbólicos da pobreza relacionados diretamente aos interesses de uma classe social dominante em um contexto de longa depressão capitalista, e que somente a exclusão do processo produtivo não é suficiente para explicar as mazelas sociais existentes na sociedade.³

Entre os pensamentos hegemônicos predominantes na América Latina, a obra de Possas seria classificada dentro de uma perspectiva histórico-estrutural das relações sociais da produção relacionadas aos efeitos do desemprego e da desocupação.¹⁰ Por outro lado, Alves e Escorel, ao mesmo tempo que se distanciam dessa perspectiva, também não se incluem em uma perspectiva sociocultural-funcionalista, pois criticam a suposta dualidade existente entre a estrutura social que considera a existência de uma população excedente integrada ou marginal ao processo produtivo.^{3,13}

Alves e Escorel também aprofundaram a relação de apropriação do capital das relações históricas de formação social de uma cultura racista, trazendo um recorte de raça, a partir de críticas aos conceitos produzidos pela burguesia americana que se identificava como de uma classe superior e meritocraticamente competitiva composta em sua maioria por brancos, em contraposição a uma suposta classe inferior afro-americana.³ Esse recorte não se encontra presente nas reflexões de Possas no capítulo analisado, pois esta autora se aprofunda mais sobre as relações diretamente implicadas ao trabalho e ao processo de exploração capitalista.¹⁰

Por outro lado, ainda que não tenha realizado a incorporação do conceito de exclusão social de forma descritiva multidimensional, Possas também aborda a presença de determinantes da saúde e de sua apropriação pelo sistema de produção capitalista, ao trazer o debate sobre o controle da natalidade e o controle dos corpos femininos para redução de uma população excedente à margem do sistema produtivo.¹⁰

O texto de Possas encontra respaldo inclusive no período neoliberal. Na atualidade, ao trazer esse debate, Menandro apresenta uma perspectiva crítica em relação a esses temas sensíveis à saúde da mulher e ao controle populacional dentro do sistema capitalista, argumentando que, historicamente, o controle populacional foi visto como uma necessidade devido à escassez de recursos materiais em diferentes períodos históricos. No entanto, dentro do sistema capitalista, esse controle é visto como perverso e faz parte de uma agenda neoliberal. Reconhece ainda os benefícios trazidos às mulheres, pelo planejamento familiar, permitindo que tenham vidas sexuais ativas sem se preocuparem com gravidezes indesejadas; porém também aponta que o planejamento familiar é atravessado por contradições, pois, além de ser necessário para as mulheres, também serve aos interesses do capital.²⁷

Observa-se ainda, que em sua biografia, Possas atuou diretamente para formulação dos preceitos da reforma sanitária brasileira. Posteriormente, o Sistema Único de Saúde incorporou aos seus princípios aspectos evidentes da determinação social do processo de saúde-doença e da perspectiva de equidade nas ações de saúde.⁶

Em outra perspectiva, Alves e Escorel expandem o entendimento das desigualdades no acesso à saúde, a partir de uma continuidade de processos de exclusão e inclusão, em que existe um conjunto de situações injustas que limitam o acesso aos direitos e aos serviços de saúde.³

Ressalta-se ainda que a crítica apontada por Possas relacionada ao trabalho se faz presente na atualidade mesmo diante das mudanças políticas e estruturais no Brasil, como podemos ver na análise de Garnica que apresenta a ideia de uma crise estrutural do trabalho relacionada ao aumento do desemprego e à precarização do trabalho humano. Essa crise é atribuída ao incentivo à informalidade, à flexibilização dos direitos trabalhistas e ao avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na chamada 3ª Revolução Industrial.²⁸

Apesar de Alves e Escorel aprofundarem o conceito de exclusão social apontando a necessidade de reformulação da concepção hegemônica de marginalidade, o texto teve como foco principal a avaliação da pobreza e a identificação dos determinantes sociais que impactam diretamente no aprofundamento da pobreza na sociedade neoliberal³.

Possas avalia a existência de um efeito “*turnover*” relacionado a rotatividade da dos mesmos integrantes da força de trabalho, entre os que compõem a população ativa e a de reserva no mercado de trabalho.¹⁰ Esse conceito não é analisado por Alves e Escorel que foca, primordialmente, em aspectos da dimensão de exclusão social.³

Possas retoma a perspectiva de Marx, em que analisa o pauperismo como um “peso morto do exército industrial de reserva”, composto por pessoas inválidas ou inativas para o mercado de trabalho.¹⁰ Por outro lado, Alves e Escorel ampliam a utilização desse conceito, pois incluem sua relação com a crise da sociedade salarial, com a precarização do trabalho, com a modernização do processo produtivo capitalista em países periféricos e com a associação a uma conotação ideológica racista baseada em uma teoria de “darwinismo social” de superioridade da raça branca. Essa ideologia associada à existência de uma classe inferior urbana (*underclass*) não é abordada no capítulo de Possas.³

Alves e Escorel destacaram ainda a banalização do termo “exclusão social”, relacionada à análise de autores que criticaram o fomento do esvaziamento de sua dimensão política; a inclusão de grupos extremamente diversificados; a fetichização da ideia de exclusão; a lógica classificatória e dual entre excluído e incluído; a perda de *status* de um grupo populacional específico; a integração na sociedade do consumo dissociada da inserção social; e a falta de uma “teoria de classe social adequada para expressar as fraturas produzidas pelo capitalismo”.^{3, 25}

Por fim, Alves e Escorel abordaram a crise da sociedade de classes e a tese de perda, na contemporaneidade, de centralidade da categoria trabalho e da classe operária como principal nos conflitos populares, deslocando a análise da pobreza urbana para outras dimensões da vida e da exclusão social. A análise da sociedade de classes e dos efeitos da exclusão social não foram objetivos na análise realizada por Possas.^{25,}

29

Conclusão ou Considerações finais

Ambos os textos identificam a marginalidade e aspectos da exclusão social como resultantes das contradições do processo de acumulação capitalista. Alves e Escorel abordam as distintas formas de enfrentamento da exclusão social, enquanto Possas realiza um debate mais focado na dimensão econômica da marginalização social.^{3,10}

O ponto principal do artigo é discorrer sobre o contexto do surgimento do conceito de exclusão social, após o desuso da teoria da marginalidade, considerando sua relevância histórica.^{3,10} Era urgente a necessidade de tratar a questão social a partir da consideração ampla de aspectos relacionados e em escala mundial, ao invés de considerar os indivíduos apenas de maneira rasa, como capazes e incapazes. Outros determinantes certamente contribuíram para o desuso da teoria da marginalidade, destacando os fatores geográficos (latino-americanos) e a não relevância aparente do tema para países desenvolvidos.³

Infere-se como desenvolveu o significado de exclusão social na América Latina e quanto o aspecto do desenvolvimento tardio do capitalismo nessa região impactou diretamente no atraso de nomear a exclusão social e na dificuldade que temos hoje

quanto às problemáticas sociais. A partir da análise deste artigo, incorpora-se o entendimento dos diversos desamparos sociais como corresponsáveis pela pobreza.

Dessa forma, podemos dizer que o capitalismo, em todas as suas fases, mesmo quando em situações de crise, algo cíclico nesse modelo econômico, se vale da adaptação para obter crescimento, ainda que com problemas desafiadores, como os da exclusão social: exemplo disso é visto nos discursos de alguns pensadores neoliberais que defendem a ideia de que os problemas sociais poderiam ser mais eficientemente resolvidos pelo mercado, reforçando uma visão de que as políticas de saúde deveriam depender mais da iniciativa privada e menos do Estado.^{3,23}

No entanto, a superação dessas desigualdades representa um desafio contínuo para os países e requer, além de, políticas públicas efetivas, investimentos em educação e saúde, reforçadas pelas pensadoras analisadas, também olhar voltado à problemática do sistema neoliberal desde sua concepção.³

Desse modo, considerar o enfrentamento das diferentes dimensões da exclusão social torna-se de evidência importância para a promoção da coesão social e para o combate às apropriações do capitalismo às distintas formas de vulnerabilidades associadas ao processo de exclusão e alienação social de identidades individuais e coletivas.³

Referências.

1. Neri, Marcelo C. Mapa da Nova Pobreza. Rio de Janeiro: FGV Social; 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>
2. Iamamoto, M V. A Questão Social no Capitalismo. IN: Temporalis/Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. Ano. 2, n.3. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001; pp. 9-32. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3363>
3. Alves,H, Escorel,S. Massa marginal na América Latina: Mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. Physis Revista de

Saúde Coletiva: Rio de Janeiro, 22 [1]: 99-115, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/PRq79mbq3f4cpGBjwmLQLTJ/?format=pdf&lang=pt>

4. Dos Santos Brito, F. A QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: COMO O ESTADO ENFRENTA A QUESTÃO SOCIAL?. Montes Claros: Revista Serviço Social Em Perspectiva, 5(1), 2021; 194–212. Disponível em: <https://doi.org/10.46551/rssp.202113>

5. Currículo Lattes, CNPq. Cristina de Albuquerque Possas. Última atualização do currículo em 18/01/2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0463212096342895>

6. Fórum UFRJ em Revista. Universalização da saúde: conquistas do SUS, desafios e reforma sanitária em tempos de COVID-19. 2020. Disponível em: <https://emrevista.forum.ufrj.br/universalizacao-da-saude-em-tempos-de-covid-19-conquistas-do-sus-desafios-e-reforma-sanitaria/>

7. Currículo Lattes, CNPq. Sarah Maria Escorel de Moraes. Última atualização do currículo em 28/03/2016. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8743293593040988>

8. Currículo Lattes, CNPq. Hayda Josiane Alves. Última atualização do currículo em 22/07/2023. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8032215195938396>

9. Nun, J. Superoblación relativa, ejercito industrial de reserva y masa marginal. v. 5, n. 2. Santiago: Revista Latinoamericana de Sociología, 1989; p.180-225.

10. Possas, C. SAÚDE E TRABALHO. A Crise da Previdência Social. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989; p. 41-83.

11. Marx, K. O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 707.

12. de D de Souza. A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. v. 1, n. 2. Campinas: Cadernos Cemarx, 2005;p. 114–119, Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10802>. Acesso em: 12 jul. 2023.

13. Kowarick, L. Capitalismo e marginalidade urbana na América Latina 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 188p.

14. Quijano, A. Notas sobre o conceito de marginalidade. In: PEREIRA, L. (Org.). Populações marginais. São Paulo: Duas Cidades, 1978. p.11-72.
15. Kowarick, L. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. v.18, n.51. São Paulo: Rev. bras. Ci. Soc., 2003, p.61-85.
<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/6ZZVvm8LMXP7Zcx9BNPY64L/?format=pdf&lang=pt>
16. Alves,H, Escorel,S. Massa marginal na América Latina: Mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. Physis Revista de Saúde Coletiva: Rio de Janeiro, 22 [1]: 99-115, 2012 apud Marks, C. The urban underclass. v.17. USA: Annual Reviews of Sociology, 1991, p.445-466.
17. Nun, José. O futuro do trabalho e a tese da massa marginal. Novos Estudos. Nº56. São Paulo: CEBRAP, 2000; pp. 43-62.
18. Kay, C. Rural poverty and development strategies in Latin America. v.6, n.4. USA: Journal of Agrarian Change, 2006, p. 455-508.
19. Castel, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.495-611.
20. Alves,H, Escorel,S. Massa marginal na América Latina: Mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. Physis Revista de Saúde Coletiva: Rio de Janeiro, 22 [1]: 99-115, 2012. apud Xiberras, M. As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, p 251.
21. Escorel, S. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. 275p.
22. Popay, J., Escorel, S., Hernández, M., et al. Understanding and Tackling Social Exclusion. PAÍS Final Report to the WHO Commission on Social Determinants of Health from the Social Exclusion Knowledge Network, 2008. 207p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/244919409_Understanding_and_tackling_social_exclusion/citation/download
23. Roberts, M. The crisis of capitalism in the 21st Century. v. 21, n. 46. Florianópolis: Revista Linhas, 2020, p. 16 – 49. DOI: 10.5965/1984723821462020016. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723821462020016>. Acesso em: 18 jul. 2023.

24. Kowarick, L. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. v.18, n.51. São Paulo: Rev. bras. Ci. Soc. São Paulo, 2003, p.61-85.
25. Martins, J.S. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 228.
26. Marini, R M. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000, p.269-95.
27. Menandro, L.M. A ESTERILIZAÇÃO CIRÚRGICA DE JANAINA E O PLANEJAMENTO FAMILIAR NO BRASIL. v. 1 n. 1. Espírito Santo: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23224>.
28. Garnica, V G; Sorgi, A M; Ribeiro, L A . Crise estrutural do trabalho: do exército industrial de reserva à precarização das condições de trabalho e flexibilização de direitos. v. 16, n. 2. Londrina: Revista do Direito Público, 2021; p. 26-49. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/41931>
29. Offe, C. Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 322.